

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação



Repensar o futuro da Sociedade da Informação

Conclusões do Encontro da Arrábida

11 – 12 Outubro 2002

O encontro da Arrábida teve o patrocínio da
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações



ÍNDICE

- 1. OBJECTIVO DO ENCONTRO**
- 2. PONTO DE PARTIDA DOS GRUPOS DE TRABALHO**
- 3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES**
- 4. ENCERRAMENTO**

AGRADECIMENTO

A APDSI quer expressar o seu agradecimento a todos os que das mais diversas formas apoiaram e participaram activamente na realização do encontro da Arrábida, permitindo dessa forma criar um tempo de reflexão sobre o futuro da Sociedade em que vivemos.

Muito em especial agradecemos o patrocínio da ANACOM sem o qual a realização do evento não teria sido possível.

A todos o nosso agradecimento.

A Direcção da APDSI

1 . OBJECTIVO DO ENCONTRO

Este encontro juntou um grupo de personalidades que, de diferentes perspectivas, puderam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretendeu lançar-se um processo de introspecção sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor percebermos como viveremos em diferentes tipos de futuro. Discutiram-se ideias baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitiram também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos.

Pensar no futuro implicou tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutro sentido explorar de que modo estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, das empresas e das instituições em geral.

Como método de trabalho foi apresentada uma reflexão do Prof. António Dias de Figueiredo seguida de debate sobre a evolução da Sociedade da Informação e do Conhecimento, após a qual os participantes se dividiram em quatro grupos:

- *O Indivíduo – Novos Modelos de Comportamento Humano;*
- *O Mercado – Incertezas, Riscos e Expectativas;*
- *A Sociedade – A Evolução das Instituições e a Novas Formas de Democracia;*
- *A Tecnologia – O CyberEspaço e Infraestruturas Tecnológicas.*

tendo estes grupos como ponto de partida para os trabalhos a reflexão anterior, bem como um conjunto de questões a abordar e que se referem no ponto seguinte.

2 . PONTO DE PARTIDA DOS GRUPOS DE TRABALHO

O Professor António Dias de Figueiredo abordou na sua reflexão a influência que a herança mecanicista ainda hoje exerce sobre a sociedade e as organizações, a importância da educação, a valorização do conhecimento, a construção orgânica dos mercados, a lógica das comunidades e a visão sócio-tecnológica do mercado contemporâneo. Salientou a importância de se encarar as mudanças sociais pela perspectiva das oportunidades que surgem para o desenvolvimento de comunidades – de troca, de prática, de aprendizagem, de lazer – suportadas, não apenas por conteúdos, mas também, e em particular, por contextos cuidadosamente projectados.

Para além das interrogações e dúvidas suscitadas e enquadradas pela apresentação do Prof. Dias Figueiredo foram também endereçadas aos diferentes grupos de trabalho um outro conjunto de questões que pudessem servir de ponto de partida para as análises e especulações sobre os temas a avaliar.

• O Indivíduo – Novos Modelos de Comportamento Humano

- O que pensam os cidadãos e os utilizadores sobre o que lhes é importante para o futuro (que valores estão em causa, necessidades pessoais e motivações individuais)?
- Como devem e podem influenciar o futuro e que tipo de decisões e escolhas devem prosseguir?
- De que modo vêm as suas vidas quotidianas futuras à luz da inovação tecnológica e que papel pretendem assumir?
- Que desenvolvimentos podem afectar os direitos dos cidadãos? Como se poderá controlar a aplicação da tecnologia?
- Outros aspectos a explorar: Estilos de vida futuros; padrões de consumo; exclusão social e económica; o futuro das famílias e das relações familiares; protecção dos consumidores; o futuro do trabalho da educação, dos sistemas de saúde, ... ; a importância das crenças individuais; as comunidades de interesse físicas e virtuais quer à escala local ou global; tendências e desenvolvimentos ao nível da arte, moda, musica, literatura, ...; o aparecimento e organização de grupos de pressão radicais

- **O Mercado – Incertezas, Riscos e Expectativas**

- Como é que o mercado percebe o futuro? Como evoluirá a sua estrutura, propriedades e dinâmicas dos mercados futuros?
- Quais são e de onde emanam as “driving forces” do mercado no futuro?
- De que modo responderá o mercado aos novos tipos de necessidades e comportamentos societais?
- Que tipo de novas empresas aparecerão no futuro? Como é que elas se apresentam? Que tipo de modelos de negócio irão implementar ?
- Que novos tipo de concorrentes aparecerão no mercado? Que cenários serão mais prováveis: “Jungle World” , “Illusory World” , “Regulated World”, ... ?
- Que valores se podem identificar para o mercado?
- Qual o futuro das empresas de TICs?
- Outros aspectos a explorar: Economia da Internet; produtos, serviços e aplicações; modelos de funcionamento do mercado; R&D, organização das empresas; ...?

- **A Sociedade – A Evolução das Instituições e as Novas Formas de Democracia**

- Que tipo de evolução terão as instituições existentes? Que tipo de novas instituições se espera possam vir a existir?
- Qual o impacto das TICs na democracia nomeadamente ao nível dos partidos políticos, *leaders*, eleições, ...?
- Que instituições terão um maior impacto na industria das TICs ?
- Que novas estratificações sociais e novas elites são expectáveis? Como actuarão no futuro?

- Como será balanceado o poder entre as instituições globais, governos nacionais e organizações locais?
- Como reagirão as instituições clássicas ao desafio do *homo-digitalis*?
- Qual o papel dos governos face ao poder e dinamismo das empresas globais? Qual o futuro das ONGs?
- Qual a importância das tendências demográficas?
- Outros aspectos: Controlo das instituições; impacto dos new media; e-democracia; e-commerce; “valores públicos” vs “valores pessoais”; IPRs; cyber terrorismo; instituições no cyberspaço

- **A Tecnologia – O CyberEspaço e Infraestruturas Tecnológicas**

- Qual o papel da tecnologia no desenvolvimento da sociedade? O que se espera da tecnologia no futuro?
- Como é que a sociedade como um todo influencia o desenvolvimento e as escolhas tecnológicas?
- Como deve a tecnologia ser usada para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos no futuro?
- De onde virá a inovação tecnológica no futuro (mercado e/ou área científica) e como se prepara a sociedade para um futuro assente no desenvolvimento tecnológico?
- Que medidas devem ser tomadas para uma melhor utilização das tecnologias por parte dos indivíduos?
- Outros aspectos: Interfaces H-M; cyborgs, avatars e implantes electrónicos; era pós-PC; exploração comercial da ciência; necessidades básicas; integração bio-ITC; tecnofobia;

3 . PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Apresentam-se seguidamente de uma forma resumida as principais conclusões dos trabalhos realizados pelos diferentes grupos de reflexão.

□ **O Indivíduo – Novos Modelos de Comportamento Humano**

A VISÃO

Real e virtual são abstracções que o ser humano constrói a partir do seu sistema de percepção. Entende-se que a percepção humana tem além dos interfaces sensoriais, um sistema interno de descodificação e processamento dos sinais procedentes dos sentidos e um conjunto de próteses que lhe permitem ampliar, corrigir e alterar quer os sinais, quer o próprio sistema de codificação e processamento.

A percepção é assim o fruto de aprendizagens pessoais e colectivas, de cultura(s), no sentido antropológico e de estados de consciência. Mas é também o resultado da utilização de dispositivos/ próteses.

A evolução tecnológica criando dispositivos cada vez mais poderosos exigiu uma adaptação progressiva do ser humano à utilização desses dispositivos. A Cibernetica trata exactamente dessa interacção. Para alguns o ser humano estará no limiar duma nova mutação – homus informaticus - determinada pela dinâmica gerada pelas novas tecnologias.

Próteses, tecnologicamente transparentes e epidérmicas geram uma percepção de real. Tipicamente, o automóvel, o telefone, o óculo, alteram a nossa percepção espaço/temporal mas caem comumente no domínio do real. O computador pode gerar universos virtuais: ciberespaços. Nesses ciberespaços seria possível construir modelos sociais ou de vida libertos dos constrangimentos e limitações físicas, e das pressões sociais do passado. Gibson, que cunhou o termo ciberespaço, confessou que ao criar o pesadelo escatológico em Neuromancer nunca pensou que isso se poderia converter num modelo ambicionado e atraente para tanta gente. Também no ciberespaço seria possível gerar formas de consciência colectiva e

partilhada de nível superior. Isto é, organismos virtuais com uma capacidade praticamente ilimitada de tratamento de informação e crescendo exponencialmente: as comunidades virtuais.

Mas à medida que as tecnologias de informação e comunicação se vulgarizam, se tornam mais usáveis, mais transparentes, mais portáteis, o que era virtual é admitido no real. Ou melhor as trocas entre o virtual e o real geram novas formas de real. É assim que as comunidades IRC portuguesas lidam com um virtual de avatares e um real de jantares para se conhecerem...

Visto do ponto de vista do indivíduo, as novas tecnologias de informação e comunicação geram múltiplas possibilidades de eus, mas tal aptidão está na base de todo o processo de socialização. Do ponto de vista da psico-sociologia clássica, no limite são produzidas disfunções e perturbações ao nível da personalidade. Mas não é exactamente isso que está na maioria dos processos criativos humanos e na base de todas as religiões?

Um indivíduo múltiplo e fragmentado em diferentes contextos espaço-temporais gera novas formas de consciência individual e gera novas formas de relação com o real e a comunidade real.

Neste contexto a aptidão para utilizar as novas tecnologias é mais do que a velocidade com que se transmitem SMS num telemóvel ou a familiaridade que se tem com um sistema operativo, decorre de um ajustamento biológico e de uma atitude mental associada.

As novas gerações estão cheias de pequenos budas, isto é, aqueles que trazem em si as competências que farão o futuro, vamos aprender com eles.

Fora do main-stream, do que é socialmente bem aceite, surgem novas ideias, atitudes, propostas, estéticas, formas de vida, produtos e artefactos, etc. que seguramente farão o nosso futuro. Numa sociedade dominada pela indústria pop e globalizada a diferença gera-se a partir das margens. Ir às margens é ir aos futuros.

AS COMUNIDADES

Sendo o indivíduo a célula, numa perspectiva de acção o conceito de comunidades é possivelmente aquele que representa mais eficazmente a sociedade do futuro. Entende-se por comunidade qualquer grupo social que partilha um código de valores assumido ou tácito. Muito se tem escrito à volta do tema comunidades. Em Portugal a experiência mais marcante foi a do Terravista. Uma observação atenta do Terravista como comunidade de comunidades, permite concluir que a geração de comunidades é um processo espontâneo e natural em determinadas condições ambientais (disponibilidade de uma infraestrutura tecnológica e elevada acessibilidade económica e de usabilidade) e tende a crescer exponencialmente num modelo comunicacional boca a ouvido; mas uma comunidade pode ser posta em causa por condições subjectivas ou psicológicas. Uma comunidade é por definição auto-regulada num quadro de valores previamente assumido por todos. Qualquer tentativa de regulação exterior e/ou utilização externa cria entropias. A este tipo de comunidades chamamos naturais. O principal problema que se coloca às comunidades naturais é o da auto-sustentação

As comunidades científicas são produzidas in vitro com base num código genético determinado. Estão dentro destas comunidades as geradas à volta de marcas comerciais e produtos. São reguladas a partir do exterior e funcionam muitas vezes como laboratórios da eficácia das políticas de marketing.

Em geral as comunidades existentes são híbridos e as de maior massa crítica são comunidades naturais à procura da auto-sustentação.

Do ponto de vista do exercício dos poderes públicos, estando estes indissociavelmente ligados ao território, interessa estudar a relação entre comunidades reais (ligadas por um espaço físico) e comunidades virtuais (ligadas por tecnologia). O exercício da cidadania faz-se localmente e pensa-se globalmente. Sendo assim, a partilha, a sensação de pertença, pode ser canalizada para a acção. A possibilidade de participar e influenciar a tomada de decisões pública pode ser um catalizador de geração de comunidades naturais. Neste sentido a democracia representativa não é inquestionável.

A sociedade urbana e global gera um quadro de valores que põe muitas vezes em causa a auto-estima de comunidades reais. Esse questionamento conduz a uma não valorização e apagamento das culturas não urbanas e específicas. As comunidades virtuais como forma de expressão das comunidades reais podem

inverter estas tendências. A valorização da especificidade e da diferença, pressupõe, mas também aumenta a auto-estima e pode ter impactos económicos muito relevantes. Em geral trata-se de combinar antigo com o novo: o imaginário colectivo com a marca, as práticas tradicionais com as possibilidades geradas pelas novas tecnologias, os produtos, saberes e sabores específicos com as regras do mercado global.

As comunidades são um instrumento de aprendizagem e formação. Pondo em causa as dicotomias de formador/formando, produtor de informação/ consumidor de informação, as comunidades são espaços de partilha de saberes que geram práticas de cooperação. As comunidades dão também, ao indivíduo a importância da formação permanente e ao longo da vida, no pressuposto de estarem presentes as competências básicas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Falámos das tendências, considerámos a importância das comunidades, resta-nos responder à questão: “Que fazer?”

Podemos olhar para os portugueses de uma maneira fadista e consagrarmos-nos a cauda da Europa. Não vemos, não temos cultura, não investimos no longo prazo, aceitamos bem e muito bem os sinais exteriores de riqueza, enfim como se manifesta claramente em muitos períodos da nossa história, não só não preparamos o futuro no presente como muitas vezes o hipotecamos.

Mas há o português em contexto, o português que emigra, o português que trabalha em redes internacionais, o português de sucesso: os nossos Figos e as nossas seleções que nos encham de orgulho y mucha ilusion...

Não queremos discutir o português como abstracção, falamos de como as novas tecnologias permitem re-contextualizar as nossas virtudes e os nossos defeitos que são uma e a mesma coisa.

Falamos de utilizar na acção as ferramentas que nos convenham.

Recomendações para a acção:

1. Agir localmente e pensar globalmente
2. Conceber a acção no seu todo, como uma rede orgânica de projectos
3. Privilegiar projectos curtos (meses), focados, fáceis de nascer, gerir e morrer
4. Estimular projectos de troca e circulação que dinamizem a relação entre projectos existentes, criando sinergias, massas críticas e economias de escala
5. Investir nas comunidades como forma de educação e formação ao longo da vida
6. Fazer uma gestão holística de projectos focada nos resultados obtidos, face aos recursos utilizados

O indivíduo, *tecnologicamente confortado*, informado, *empowered* e em comunidades mutantes re fará os futuros

RELATOR: José da Costa Ramos

□ **O Mercado – Incertezas, Riscos e Expectativas**

O sector de tecnologias de informação e de comunicações tem um papel estruturante na economia e na sociedade e é fundamental para o processo de convergência real da economia portuguesa. Individualmente considerado, tem capacidade exportadora e pode desenvolver áreas de competitividade internacional. Por estes motivos, o seu desenvolvimento deve constituir um desígnio nacional politicamente assumido.

O peso do Estado na procura global de serviços baseados em tecnologias de informação e de comunicações, assim como o efeito indutor dessa procura na actividade do sector privado, sugerem desde logo áreas de actuação específicas e, nalguns casos, inevitáveis, em matéria de políticas públicas, diferenciadas da indispensável actividade reguladora, tal como é geralmente entendida.

Essa actuação deve ser enquadrada por um conjunto de objectivos, de que se salientam:

- Optimizar a utilização dos recursos disponíveis para investimento.
- Estimular a procura promovendo a valorização dos serviços da sociedade da informação na perspectiva dos utilizadores, reduzindo os custos das famílias noutros serviços ou alargando as suas possibilidades de escolha.
- Melhorar a eficiência da administração pública e a eficácia do seu relacionamento com o público.

Como instrumentos de políticas públicas nestas áreas são exemplos:

- Estabelecer mecanismos de partilha de risco entre o sector privado e o sector público. Muitos dos investimentos nestas áreas são investimentos em infra-estruturas e existe a convicção de que instrumentos jurídicos e financeiros semelhantes a outros já utilizados, por exemplo nas Obras Públicas, poderiam, aqui também, contribuir para evitar estrangulamentos e aumentar os níveis de investimento. O regime de concessão pode constituir também uma via adequada para atrair investimentos privados.

- Garantir a plena utilização de fundos comunitários, permitindo, por exemplo, que a participação nacional nalguns investimentos possa ser assegurada por empresas, públicas ou privadas. Alguma revisão das regras actualmente estabelecidas poderá ser necessária, em consequência.
- Promover a disponibilidade de serviços e produtos por via electrónica. O alargamento da disponibilidade por via electrónica de formulários, de documentação e de livros, como os escolares, é um exemplo do tipo de matérias que podem ser ponderadas, aprofundando aliás ofertas que já revelaram algum sucesso.

Como é natural, não se podem subestimar as resistências à mudança, resultantes de comportamentos, de problemas de natureza jurídica e formal, de dificuldades de articulação entre diferentes serviços da administração pública ou entre estes e o sector privado. A ultrapassagem destas dificuldades, exige atenção e empenhamentos permanentes que obrigam a que qualquer intervenção do Estado seja feita de acordo com a formulação e gestão de projectos, programas e planos numa óptica “empresarial” e com um rigoroso e constante acompanhamento da sua concretização.

RELATOR: João Confraria

□ **A Sociedade – A Evolução das Instituições e as Novas Formas de Democracia**

Antes de mais devemos-nos interrogar sobre a visão que temos do futuro: Que modelo de Sociedade? Que Instituições? Que modelo de Governação? Devemos reflectir sobre o impacte social, sobre os novos Estilos de Vida e sobre o papel da Sabedoria na Idade da Informação e do Conhecimento.

O contexto em que actuamos deve ser objecto de transformações e mudanças através de novos comportamentos e novas atitudes: Novas Lideranças, Proactividade, Positividade, Auto-estima, Cosmopolitismo e Democracia.

A Comunicação em Rede como sustentação do desenvolvimento social do Séc. XXI conduz-nos para uma nova lógica de Comunidades de Troca, de Prática, de Aprendizagem e de Lazer. Se formos capazes de tirar partido das características dos portugueses conseguiremos atingir o Sonho - Acessibilidade para todos e capacidade de sermos ouvidos. Para isso precisamos aumentar a nossa auto-estima, em que os meios de comunicação social desempenham um papel determinante.

Não basta proceder à difusão electrónica de conteúdos, temos de pensar em novas formas de assegurar conteúdos para Todos evitando o caminho único da alienação e da demagogia (O “Big Brother” teve mais votação que o Parlamento Europeu).

O grupo da Sociedade analisou o contexto e as tendências, os desafios e as incertezas e os programas de acção para o futuro, no que se refere à evolução das Instituições e às Novas Formas de Democracia.

Contexto e Tendências (Diagnóstico)

A sociedade aponta-nos novas formas de relação e de partilha entre os sectores Público e Privado. A Sociedade da Informação e do Conhecimento permite-nos perspectivar novas formas de Democracia Representativa que actualmente está perigosamente cada vez mais descolada dos eleitores, nomeadamente através do reforço e aprofundamento da Democracia Participativa, baseada nas novas Comunidades Virtuais.

A tendência é cada vez mais para a desmaterialização dos suportes da informação e para a difusão electrónica e generalizada dos Conteúdos.

Actualmente existe uma janela de oportunidade para o país, pois a conjuntura recessiva pode ser favorável à mudança “O Digital é a solução dos Pobres”.

Portugal dispõe hoje das condições tecnológicas necessárias e suficientes para assegurar o ajustamento das instituições às inovações da Era Digital.

Desafios e Incertezas (Visão)

O futuro aponta-nos para a Universalidade do Acesso, para a multiplicação dos conteúdos em português e para a generalização da Educação e Formação.

A difusão das TIC não asseguram mais liberdade de pensamento e acção, mais democracia, menos alienação e maior riqueza no debate político por isso é necessário apostar na Abertura e na Transparência das Instituições. Perfilam-se até novos riscos: Invasão da privacidade, ciberdemagogia, proliferação de tecnologias de controlo individual, social e político, ciberterrorismo, etc. Há que estimular estratégias de prevenção e combate a esses perigos, que estimulem também a confiança nas instituições democráticas e mobilizem os cidadãos para a acção democrática e a mudança.

O Sonho de instituições e cidadãos pode tornar-se realidade: Podemos ter instituições mais ligadas às comunidades e capazes de conhecer as opiniões e aspirações sociais e institucionais. Para isso há que rejeitar as visões mecanicistas e definir programas de acção que concretizem o sonho de um sistema político capaz de tirar partido das novas ferramentas da Era Digital.

Plano de Acção (Caminhos)

Nas condições concretas do início do século marcado por constrangimentos financeiros, importa não sacrificar o investimento nas inovações que contribuem para revitalizar a economia à escala global, europeia e nacional.

É urgente introduzir na agenda política nacional e europeia programas de acção que coloquem as novas TIC no aprofundamento da democracia.

Isso exige acção do Estado democrático e da sociedade em torno dos seguintes eixos de intervenção.

Eixos de acção do Estado e da Sociedade:

- Acesso universal à Rede e combate à info-exclusão;
- Reforço da transparência das instituições e sua reforma organizativa digital;
- Reforma das formas de participação na tomada de decisão tirando partido das TIC;
- Entrada dos partidos e organizações sociais na Era Digital;
- Realização de Experiências de Voto Electrónico;
- Criação de quadros legais que salvaguardem a liberdade, a privacidade, a segurança e a dignidade das pessoas.

Temos que valorizar o papel das Comunidades, temos que encontrar o método de resolver a entropia da Sociedade da Informação, temos que passar da Sociedade dos Conteúdos para a Sociedade dos Contextos.

Temos que fazer com que os novos conteúdos digitais se revejam e atinjam a cultura das massas. Temos que saber o que queremos e partir das necessidades para as tecnologias e não o contrário.

Para sermos capazes de alcançar o Sonho da acessibilidade para todos e da capacidade de sermos ouvidos, temos de valorizar o Conhecimento e sermos capazes de superar a Emoção para alcançar a Razão.

Por último, o grupo reflectiu sobre o papel do Estado no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, debatendo-se entre dois caminhos: A aproximação selectivamente radical ou a ruptura.

RELATORES: José Magalhães e Luís Vidigal

□ **A Tecnologia – O CyberEspaço e Infraestruturas Tecnológicas**

O tema Tecnologia prolonga-se para além das infra-estruturas. A montante e a jusante podem considerar-se as vertentes formação e utilização (aplicações).

No contexto nacional parece evidente que qualquer evolução significativa na melhoria das condições actuais de exploração das TI passa forçosamente por um empenhamento político determinado e esclarecido assente num conjunto claro de objectivos alicerçado em metas realistas pré-definidas e auditáveis.

A constatação de que o modelo de liberalização das telecomunicações não atingiu em Portugal os objectivos enunciados, traduzindo-se na prática num deficit do retorno previsto para o país coloca o problema de como complementar as infra-estruturas em falta. Aparentemente só o estado poderá/deverá executar essa missão.

Para além da existência das infra-estruturas há que utilizá-las mais adequadamente o que representa um desafio enorme face às deficiências de formação em TI que começam logo ao nível do ensino secundário e que requerem intervenção especializada e urgente (reciclagem e formação adequada de professores e definição de curricula precisos na área de TI). Também no ensino superior com relevo para aquele que tradicionalmente se encontra mais afastado das TI haverá que fomentar re-orientações curriculares.

No seguimento destas primeiras constatações importa salientar:

- 1- Existe tecnologia suficiente disponível embora se torne necessário continuar a melhorar e expandir as infra-estruturas de comunicações aumentando e melhorando as acessibilidades e a banda e fomentando a adequada exploração das infra-estruturas existentes, não descurando a diminuição de custos de acesso à net.
- 2- O cidadão criou a expectativa de aceder a um serviço integrado que só pode ser materializado através de um sistema de informação mais integrado e que possa suportar o desenvolvimento de aplicações

horizontais. Áreas como a da saúde poderiam ser um catalisador para se atingir esses objectivos. Também os concursos públicos acessíveis pela net beneficiariam em demonstração de clareza de processos.

- 3- Face ao tipo de informação/responsabilidade necessariamente envolvido, os problemas de segurança assumem uma elevada prioridade. Trata-se de uma questão central que deveria merecer uma atenção proporcional à sua importância estratégica.
- 4- Não menosprezando a necessidade de um posicionamento estratégico é inadiável associá-lo urgentemente a um programa operacional monitorável com rigor.

A súmula de conclusões que apresentadas e que decorreram de duas reuniões do grupo de trabalho (total de 3 horas) pretende apenas espelhar o conjunto de preocupações que foi possível sistematizar/comentar e a que naturalmente haveria que dar continuidade.

RELATOR: Steiger Garção

4 . ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento foi presidida pelo Dr. Álvaro Dâmaso Presidente da ANACOM que na sua breve intervenção salientou a importância deste tipo de reflexões para melhor percebermos a sociedade em que viveremos no futuro.

Steven Clift convidado para a sessão de encerramento, especialista na área da democracia electrónica nomeadamente no uso da Internet em democracia, quer pelas entidades governamentais quer pelos indivíduos e comunidades, falou da sua experiência como dinamizador do projecto Minnesota E-Democracy, salientando a certa altura:

“ ... Here are three lessons we have learned over the years:

1. Citizens can make a difference in politics with new technologies.
2. Discussions of state and local issues will continue after the elections are over. In fact, the quality of discussion improves once citizens can focus on issues and not just electoral politics.
3. Agenda-setting is key. Generating public opinion through many-to-many communication is a unique strength that ICTs bring to democracy and community.
4. Early "e-citizens," as I call them, came from everywhere to help build the world's first election-oriented web site. My experience leads me to believe that without e-citizens, there can be no e-democracy.

...”

Por último o Prof. Dias Coelho presidente da Direcção da APDSI terminou o encontro salientando a importância da definição clara de um desígnio nacional suficientemente forte, acompanhada de liderança ao nível político. Estes aspectos foram identificados como requisitos críticos para a dinamização do mercado e a elevação do país a patamares de desenvolvimento económico e social mais elevados, para que todos, cidadãos, empresas e outras instituições deles beneficiem.

< Página em branco >